

CAPÍTULO 9

METODOLOGIAS VISUAIS EM PESQUISAS DESENVOLVIDAS POR MULHERES SURDAS: LIBRAS, NARRATIVAS, EXPERIÊNCIAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

 <https://doi.org/10.68044/vz6sf647>

Jaqueline Boldo ¹

*Doutora em Linguística, pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Docente de Libras (LSB/CCE) /UFSC.*



Nyce Marcelle de Leon Rocha Vieira de Melo ²

Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente de Português/Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).



Marceli Lucia Paveglia Romeu ³

*Mestra em Educação pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).
Docente de Libras na mesma instituição.*



Tainara Melo Santos ⁴

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Educação Bilíngue para Surdos pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e graduada em Letras-Libras/Português pela Universidade Estácio de Sá.



Jacqueline da Silva Soares ⁵

Mestranda em Ciências da Educação - Instituto Educacional Professora Isaura Bezerra (IEPIB).



Simone Peixoto Gonçalves⁶

Mestra em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Docente do Ensino Superior no INES.



RESUMO: Este artigo discute as metodologias visuais empregadas em pesquisas desenvolvidas por mulheres surdas, considerando a Libras, as narrativas de experiência e a produção de conhecimento como dimensões epistemológicas centrais. O estudo possui caráter bibliográfico e qualitativo, fundamentado em pesquisas sobre protagonismo feminino surdo, visualidade, escrevivência, narrativas autobiográficas, mídias sociais, análise documental, produções poéticas em Libras e letramento visual. Argumenta-se que a visualidade não constitui apenas recurso técnico de coleta ou apresentação de dados, mas modo de conhecer, significar e registrar experiências atravessadas pela língua de sinais, pelo corpo e pela memória. As análises evidenciam que pesquisadoras surdas ampliam os repertórios metodológicos ao valorizar vídeos, imagens, entrevistas sinalizadas, relatos de vida, performances e ambientes digitais. Conclui-se que reconhecer essas práticas fortalece a autoria científica das mulheres surdas, combate apagamentos epistemológicos e contribui para pesquisas mais coerentes com as especificidades linguísticas, culturais, identitárias e visuais das comunidades surdas brasileiras na contemporaneidade acadêmica.

Palavras-chave: Metodologias visuais; Mulheres surdas; Libras; Produção de conhecimento.

INTRODUÇÃO

A produção acadêmica no campo dos Estudos Surdos tem evidenciado, nas últimas décadas, um deslocamento importante na maneira de compreender as pessoas surdas, suas línguas, culturas e formas de produzir conhecimento. Em vez de tomar a surdez exclusivamente por uma perspectiva clínica ou pela ausência auditiva, pesquisas contemporâneas têm enfatizado a experiência visual, a língua de sinais, os processos identitários e a participação de sujeitos surdos na definição dos problemas, métodos e categorias que estruturam a investigação. Quando o foco recai sobre mulheres surdas

pesquisadoras, esse deslocamento se torna ainda mais significativo, pois articula duas disputas por reconhecimento: a presença das mulheres na ciência e a legitimidade epistemológica de saberes constituídos em experiências linguísticas e culturais surdas.

Silveira e Baalbaki (2024, p. 82) observam que a desigualdade de gênero existente na produção científica se torna ainda mais acentuada quando se trata de mulheres surdas. Ao realizar um levantamento sobre a presença dessas pesquisadoras na ciência, as autoras evidenciam trajetórias que rompem com a invisibilidade histórica e mostram que a ocupação de espaços universitários por mulheres surdas produz referências para novas gerações. O reconhecimento de pesquisadoras como Gladis Perlin, Sílvia Andreis Witkoski, Marianne Stumpf e Shirley Vilhalva, destacado pelas autoras nas páginas finais do estudo, não representa apenas uma homenagem individual, mas a construção de uma memória acadêmica capaz de reposicionar as mulheres surdas como produtoras de teorias, métodos e interpretações sobre suas próprias comunidades (Silveira; Baalbaki, 2024, p. 92).

Essa questão é diretamente relacionada ao modo como a visualidade participa da construção do conhecimento. Schallenberger (2019, p. 1) afirma que "a experiência visual é algo fundamental na construção dessa diferença, chamada diferença surda". A formulação sintetiza um princípio decisivo: ver, sinalizar, observar o corpo,

perceber o espaço e registrar visualmente as experiências não constituem dimensões periféricas da vida surda. Elas atravessam processos de comunicação, memória, aprendizagem, sociabilidade e elaboração cultural. Por essa razão, metodologias que trabalham com vídeo, fotografia, performances em Libras, entrevistas sinalizadas, narrativas autobiográficas, mídias digitais e outros suportes visuais podem aproximar a pesquisa das formas pelas quais sujeitos surdos produzem sentidos.

No campo das narrativas de mulheres surdas, Araújo e Ramos (2020, p. 95-96) demonstram que autobiografias podem articular imagens de pertencimento, memória e identidade. Ao analisarem obras de Emmanuelle Laborit e Shirley Vilhalva, as autoras mostram que a escrita de si ultrapassa a dimensão individual, porque a narrativa pessoal se encontra vinculada a experiências coletivas, a disputas históricas e à afirmação cultural das comunidades surdas. A autobiografia, nesse sentido, pode ser compreendida como documento, experiência e estratégia de autorrepresentação, permitindo que mulheres surdas apresentem suas histórias sem depender exclusivamente do olhar de pesquisadores ouvintes.

Esse movimento também aparece em pesquisas que assumem explicitamente a experiência da própria pesquisadora como parte do processo de produção do conhecimento. Vilhalva (2024, p. 41-44), mulher indígena surda, professora e pesquisadora, utiliza a

escrivência como metodologia para articular cotidiano, trajetória, direitos linguísticos, cultura e experiências de mulheres indígenas surdas. Sua abordagem desloca a pretensão de neutralidade entendida como afastamento completo do objeto e coloca em primeiro plano a responsabilidade da pesquisadora situada, que reconhece sua implicação com as histórias e os territórios investigados.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo discutir de que maneira metodologias visuais, narrativas e multimodais contribuem para pesquisas desenvolvidas por mulheres surdas e para a consolidação de sua autoria científica. Busca-se compreender a relação entre Libras, visualidade, experiência, produção de dados e construção do conhecimento, sem reduzir a expressão "metodologias visuais" ao simples uso de imagens. O argumento central é que uma metodologia visual, quando articulada aos Estudos Surdos, envolve reconhecer a modalidade visuoespacial da língua, a centralidade do corpo, a memória visual, os suportes audiovisuais e, sobretudo, a posição de sujeitos surdos como intérpretes legítimos de suas experiências.

Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa, construído a partir de artigos científicos que abordam mulheres surdas, visualidade, Libras, narrativas, protagonismo, produção acadêmica e recursos visuais. Foram privilegiados estudos publicados em periódicos especializados e

multidisciplinares, entre eles Revista Espaço, Revista Arqueiro, Revista Sinalizar, Revista SCIAS Língua de Sinais, Fórum Linguístico, Paidéia e Revista Brasileira de Educação Especial. A leitura foi orientada por quatro eixos: visualidade como dimensão epistemológica; autoria e protagonismo de mulheres surdas; narrativas e escrituras; e métodos que utilizam vídeo, redes sociais, entrevistas sinalizadas e documentos audiovisuais. A organização do referencial teórico procura, assim, aproximar perspectivas que frequentemente aparecem separadas e demonstrar suas convergências para a produção de conhecimento por mulheres surdas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Visualidade, Libras e construção epistemológica

A visualidade ocupa posição estruturante nas experiências surdas porque a língua de sinais, as interações comunitárias e diferentes manifestações culturais se realizam por meio de relações entre corpo, espaço, movimento e olhar. Isso significa que uma pesquisa visual não pode ser definida apenas pela presença de fotografias ou vídeos. No contexto da surdez, ela exige considerar como os sentidos são produzidos visualmente e como o próprio desenho da investigação pode favorecer ou limitar a participação dos sujeitos. A escolha de uma língua de instrução, do formato da entrevista, do modo de registro e da forma de apresentar resultados

interfere diretamente no tipo de conhecimento que poderá ser produzido.

Pinto e Senna (2025, p. 1-3) mostram essa questão ao desenvolverem uma pesquisa narrativa com participante surdo, recorrendo a encontros on-line mediados em língua de sinais, gravações em áudio e vídeo, transcrição e revisão do material. O procedimento não se limita a converter sinais em português escrito; ele reconhece que expressões faciais, movimentos e situações de fala precisam ser contextualizados para que o texto final não apague elementos relevantes da experiência sinalizada. Esse cuidado é particularmente importante em pesquisas com mulheres surdas, nas quais os relatos podem abordar situações de violência, discriminação, pertencimento, formação acadêmica e identidade, temas que dependem não apenas do conteúdo lexical, mas também da forma expressiva e das condições de enunciação.

Tavares e Höfling (2024, p. 119) associam letramento visual, materiais bilíngues e pesquisa-ação, demonstrando como a análise da própria prática pode produzir conhecimento sobre os desafios do ensino de português para surdos. A pesquisa-ação possui relevância especial quando a pesquisadora pertence ao grupo ou ao contexto investigado, pois permite articular reflexão, intervenção e reelaboração de práticas. As autoras sintetizam essa articulação da seguinte forma:

A partir da metodologia da pesquisa-ação, analisamos nossa própria prática pedagógica ao repensar sobre nossos desafios e problemáticas neste contexto específico de ensino de português para Surdos. Por fim, consolidamos a validade dos materiais didáticos bilíngues para Surdos e suas ramificações que trazem o Letramento Visual como uma possibilidade no ensino-aprendizagem de alunos Surdos, aproximando-se de um contexto visual tal qual pessoas Surdas veem e sentem o mundo. (Tavares; Höfling, 2024, p. 119)

O excerto evidencia que a visualidade é inseparável da reflexão sobre a prática. Em pesquisas desenvolvidas por mulheres surdas, esse princípio permite compreender a experiência da pesquisadora não como obstáculo automático à cientificidade, mas como um ponto de observação que precisa ser explicitado, analisado e metodologicamente trabalhado. O rigor, nessa perspectiva, não decorre do apagamento do sujeito pesquisador, e sim da clareza sobre as condições de produção dos dados, sobre as escolhas linguísticas e sobre os procedimentos de análise.

A visualidade também aparece em Oliveira e Codendey (2025, p. 73-87), que utilizam cartuns como gênero visual para construir sentidos entre Libras e português escrito. O uso da imagem como disparador de interpretação mostra que recursos visuais podem produzir questões, hipóteses e negociações de significado. Transposto para a pesquisa, esse princípio abre espaço para entrevistas mediadas por imagens, elicitación visual, análise de produções artísticas, mapas visuais, registros em vídeo e devolutivas em Libras. O ponto

fundamental é que o recurso visual deve estar integrado ao problema da pesquisa e à experiência linguística dos participantes, e não ser utilizado apenas para ornamentar instrumentos tradicionalmente escritos.

Campello e Cabral (2024, p. 28-45) relacionam mapas conceituais e Pedagogia Visual, destacando a mediação da Libras na construção do conhecimento no ensino superior. A representação gráfica de conceitos, relações e hierarquias pode contribuir para pesquisas ao tornar visíveis processos de categorização e conexões elaboradas pelos próprios participantes. Em investigações com pesquisadoras surdas, mapas conceituais, linhas do tempo visuais, esquemas sinalizados e narrativas videográficas podem funcionar tanto como instrumentos de produção de dados quanto como formas de análise colaborativa.

Portanto, falar em metodologias visuais implica reconhecer que o conhecimento pode ser produzido por diferentes sistemas semióticos. Texto escrito, língua de sinais, imagem, movimento corporal, desenho, fotografia e vídeo podem participar de um mesmo percurso investigativo. A predominância histórica da escrita acadêmica não deve ser confundida com uma superioridade epistemológica do texto verbal. Para mulheres surdas, a possibilidade de produzir, analisar e divulgar conhecimento em Libras constitui

também uma forma de afirmar autoria e de reduzir a distância entre pesquisa acadêmica e comunidade surda.

Mulheres surdas, autoria científica e protagonismo

A presença de mulheres surdas na universidade envolve mais do que acesso individual a cursos de graduação e pós-graduação. Ela modifica os lugares de fala, as perguntas formuladas, os objetos escolhidos e as formas de interpretar a experiência surda. Silveira e Baalbaki (2024, p. 81-82) mostram que a ciência permanece marcada por desigualdades de gênero e que a invisibilidade se amplia quando gênero e surdez se cruzam. Esse quadro ajuda a compreender por que a constituição de uma memória de pesquisadoras surdas é parte do próprio processo de democratização da produção acadêmica.

Lara (2024, p. 15-25) discute a identidade "mulher-surda-professora" e destaca o protagonismo de mulheres surdas na transformação de espaços de educação bilíngue. A formulação é importante porque rompe com representações que situam a mulher surda apenas como destinatária de políticas educacionais. Professora, pesquisadora e autora são posições que implicam capacidade de elaborar conhecimentos, orientar práticas e produzir referências para outras pessoas surdas. Quando essas mulheres transformam sua prática

profissional em objeto de reflexão, experiências antes tratadas como particulares podem adquirir estatuto de conhecimento compartilhável.

Rangel (2024, p. 53-66) amplia a discussão ao investigar o heroísmo feminino surdo a partir das percepções da própria comunidade. Em vez de elaborar previamente uma lista fechada de mulheres consideradas referências, a autora utiliza uma rede social para mobilizar respostas e identificar nomes reconhecidos por diferentes participantes. O método torna visível uma memória coletiva em construção e permite observar como a comunidade atribui valor a trajetórias acadêmicas, políticas, culturais e sociais. A descrição metodológica do estudo é especialmente relevante:

A produção dos dados deu-se por meio da metodologia de pesquisa em mídias sociais, com uma postagem na rede social Instagram, na qual a autora recebeu 184 comentários que mencionavam 34 nomes de mulheres surdas consideradas heroínas. Essas mulheres são referenciadas pelo pioneirismo em suas áreas de atuação e pela representatividade na comunidade surda. (Rangel, 2024, p. 53)

A pesquisa em mídias sociais mostra que os espaços digitais podem funcionar como territórios de memória, participação e circulação de referências. Para mulheres surdas, esses ambientes apresentam uma característica adicional: vídeo, imagem, legenda e língua de sinais podem coexistir, permitindo formas de comunicação mais próximas das práticas multimodais da comunidade. Contudo, a

utilização desses espaços exige atenção ética à autorização, à exposição de perfis, à circulação pública ou semipública dos conteúdos e à preservação de identidades quando necessária.

A visibilidade acadêmica também se relaciona ao reconhecimento de pioneirismos. Rangel (2024, p. 65-66) interpreta a presença feminina surda como ruptura de estereótipos e como elemento de empoderamento para jovens surdas. Silveira e Baalbaki (2024, p. 92) chegam à conclusão semelhante ao mostrar que pesquisadoras surdas brasileiras abriram caminhos em áreas como Educação, Linguística e estudos de línguas de sinais. Em ambos os trabalhos, a memória científica é construída por meio de trajetórias que demonstram que mulheres surdas não apenas participam da universidade: elas formulam problemas, criam conceitos, orientam movimentos e deixam acervos de pesquisa.

Esse protagonismo precisa ser analisado também em sua dimensão coletiva. Uma metodologia coerente com a autoria surda não pode transformar participantes em fontes passivas de informação enquanto todo o poder interpretativo permanece concentrado no pesquisador. A valorização da Libras, a possibilidade de revisão das traduções, a devolutiva em formatos acessíveis e o reconhecimento de contribuições comunitárias são procedimentos capazes de reduzir assimetrias. Nessa perspectiva, a autoria científica de mulheres surdas

não se resume ao nome na publicação, mas envolve o direito de definir como suas experiências serão registradas, traduzidas e interpretadas.

Narrativas, autobiografias e escrevivências

As narrativas constituem um dos caminhos metodológicos mais férteis para pesquisas que buscam compreender experiências de mulheres surdas. Isso ocorre porque a narrativa permite articular temporalidade, memória, corpo, língua, identidade e contexto social. Em vez de fragmentar a experiência em respostas breves a categorias predeterminadas, entrevistas narrativas, autobiografias e escrevivências possibilitam que a participante organize acontecimentos, selecione momentos significativos e produza interpretações sobre sua própria trajetória.

Araújo e Ramos (2020, p. 95-96) demonstram que relatos autobiográficos de mulheres surdas produzem imagens de pertencimento e resistência. Na análise das obras de Laborit e Vilhalva, a experiência individual se conecta às culturas surdas e às disputas em torno da língua de sinais. A escrita de si, portanto, não se encerra no "eu": ela se torna uma forma de acessar relações entre história pessoal e memória coletiva. Essa perspectiva é decisiva para pesquisas desenvolvidas por mulheres surdas porque legitima a subjetividade como dimensão analisável, desde que situada e relacionada às condições sociais e históricas que a atravessam.

Pinto e Senna (2025, p. 2-3) mostram que a narrativa autobiográfica pode ser produzida em interação, com entrevistas semiestruturadas, mediação em língua de sinais, gravação audiovisual, transcrição e validação do texto pelo participante. O procedimento evidencia que a narrativa não é simplesmente "coletada"; ela é construída em um encontro de pesquisa. Essa constatação exige atenção à língua utilizada, à presença de intérpretes, às escolhas de tradução e às formas pelas quais expressões visuais são representadas na escrita acadêmica.

Vilhalva (2024, p. 41-44) leva esse debate adiante ao assumir a escrivência como método de investigação. A pesquisadora parte de sua experiência como mulher indígena surda para dialogar com outras trajetórias e formular proposições sobre direitos linguísticos, línguas indígenas de sinais, cultura e participação social. A autora vincula a experiência singular a experiências coletivas e defende que as próprias mulheres indígenas surdas tenham espaço para produzir narrativas em seus territórios e contextos urbanos. Essa relação entre experiência, coletividade e produção do conhecimento aparece de modo explícito no seguinte trecho:

É preciso que haja permissão aos direitos linguísticos e ao espaço cultural e de saberes indígenas, além de estarem presentes, em escala maior, as questões relacionadas aos direitos linguísticos das comunidades surdas dentro dos territórios em diferentes aspectos da diversidade e especificidades culturais, tanto na visão

dos saberes indígenas, quanto surdos. (Vilhalva, 2024, p. 44)

A escrevivência também permite compreender a pesquisa como prática de reposicionamento epistemológico. Vilhalva (2024, p. 44) explica que sua metodologia articula narrativas de vida particulares a experiências coletivas. Ao reproduzir uma definição presente em estudo anterior, a autora indica que a experiência do pesquisador pode viabilizar narrativas relacionadas à experiência coletiva de mulheres. Nesse sentido, a formulação de Soares e Machado (2017, p. 206 *apud* Vilhalva, 2024, p. 44) ajuda a compreender a escrevivência como recurso metodológico que mobiliza a experiência do autor para produzir narrativas coletivamente significativas.

As narrativas em Libras apresentam ainda desafios específicos para registro e análise. Uma fala sinalizada envolve parâmetros linguísticos, expressões não manuais, uso do espaço, ritmo, apontamentos e recursos corporais. A transcrição para o português pode ser necessária para a circulação em periódicos, mas nunca é neutra. Ela envolve escolhas de equivalência, interpretação e organização textual. Por isso, pesquisas desenvolvidas por mulheres surdas podem contribuir para aperfeiçoar protocolos que preservem o vídeo original, disponibilizem trechos sinalizados quando possível e descrevam os procedimentos de tradução de modo transparente.

Assim, a metodologia narrativa é especialmente produtiva quando evita transformar diversidade em uma categoria abstrata. Ela permite identificar continuidades e diferenças entre trajetórias, mostrando como experiências individuais são atravessadas por instituições, políticas e relações de poder. Quando conduzida em Libras e com instrumentos visualmente acessíveis, a narrativa também pode reduzir a dependência do português escrito e ampliar a possibilidade de expressão das participantes.

Vídeos, mídias sociais e documentos audiovisuais

O desenvolvimento de tecnologias digitais alterou profundamente as condições de registro das línguas de sinais. Schallenberger (2019, p. 2-3) observa que a internet e plataformas de vídeo possibilitaram registrar e compartilhar produções que antes dependiam principalmente da memória comunitária ou de suportes menos acessíveis. Para a pesquisa, essa transformação significa a existência de acervos audiovisuais capazes de preservar performances, entrevistas, narrativas, piadas, poemas e debates em língua de sinais. O vídeo deixa de ser somente instrumento auxiliar e passa a ser documento cultural.

Medeiros *et al.* (2021, p. 1-2) trabalham justamente com materiais disponíveis em ciberespaços, selecionando videopoesias,

slams e saraus em Libras para analisar injustiças sociais e direitos humanos. A escolha do corpus demonstra que produções artísticas sinalizadas podem funcionar como fontes de pesquisa e como formas de pensamento social. O gesto, a expressão facial, o enquadramento, a performance e o espaço de sinalização integram a materialidade do texto, exigindo métodos que ultrapassem a análise de transcrições verbais.

Albres (2024, p. 10391-10394) desenvolve uma pesquisa documental sobre performances literário-poéticas de mulheres surdas e seleciona entrevistas audiovisuais com poetisas publicadas pela revista *Diálogos em Libras*. A autora combina pesquisa qualitativa, descrição, análise documental e perspectiva dialógica, considerando tanto a contextualização social quanto a composição verbo-visual das obras. Ao justificar a seleção de documentos, destaca a abundância de materiais digitais produzidos por e sobre mulheres surdas e estabelece critérios de reconhecimento comunitário, qualidade e validação institucional. O procedimento é descrito da seguinte maneira:

Na Internet há uma infinidade de materiais com entrevistas, lives, poesias, Slams, entre outros materiais de ou sobre mulheres surdas. Como critério de seleção, optamos por um recorte que representasse poetisas surdas reconhecidas pelas comunidades surdas, materiais de qualidade e validados por uma Universidade pública, além de serem coordenados por três pesquisadoras doutoras estudiosas da área de Literatura em Libras. (Albres, 2024, p. 10392)

O excerto chama atenção para um problema recorrente em pesquisas digitais: a disponibilidade abundante de materiais não elimina a necessidade de critérios. Pelo contrário, torna indispensável explicitar por que determinados vídeos foram incluídos, quais características garantem sua pertinência, como foram preservados e de que maneira o contexto original de publicação é considerado na análise. Em estudos sobre mulheres surdas, o reconhecimento comunitário pode ser um critério relevante, mas deve ser combinado com coerência temática, qualidade de registro, informações de autoria e respeito aos direitos das pessoas representadas.

O uso de entrevistas sinalizadas em vídeo constitui ainda um recurso particularmente importante para pesquisas desenvolvidas por mulheres surdas. Albres (2024, p. 10394) analisa entrevistas realizadas com poetisas surdas, considerando a interação social e a relação entre conteúdo, contexto e formas de expressão. Nessa perspectiva, o vídeo preserva elementos que poderiam desaparecer em uma transcrição exclusivamente escrita. Ele permite revisitar o dado, comparar escolhas linguísticas, observar expressões e analisar a dimensão performática das narrativas.

As tecnologias também favorecem formas de devolutiva de pesquisa em Libras. Um estudo que coleta dados em vídeo e publica resultados apenas em português escrito pode reproduzir barreiras de acesso justamente para a comunidade que tornou a investigação

possível. A disponibilização de resumos em Libras, vídeos explicativos, materiais visualmente organizados e versões acessíveis dos resultados constitui uma prática de responsabilidade científica. Vários dos artigos utilizados neste estudo já incorporam resumos em Libras por meio de links ou códigos QR, sinalizando um movimento de aproximação entre periódicos acadêmicos e práticas linguísticas da comunidade surda.

Interseccionalidade, violência linguística e diversidade de experiências

A discussão sobre metodologias visuais em pesquisas de mulheres surdas precisa evitar a ideia de uma identidade homogênea. Gênero e surdez se articulam com raça, etnia, classe, território, geração, escolarização, orientação profissional e trajetórias linguísticas. Pesquisas que ignoram essas relações podem reproduzir apagamentos mesmo quando adotam recursos tecnicamente acessíveis. A escolha metodológica, portanto, precisa ser acompanhada de uma reflexão sobre quais mulheres conseguem participar, quais experiências são registradas e quais permanecem ausentes.

Perlin e Jung (2024, p. 26-33) analisam relatos de mulheres surdas e mostram como barreiras linguísticas, relações de gênero e perspectivas de deficiência se combinam na produção de violências.

As autoras destacam que mulheres surdas vêm disputando o direito de falar por si, rompendo gradualmente com práticas em que mulheres ouvintes ocupavam o lugar de fala em seu nome (Perlin; Jung, 2024, p. 30). Para a metodologia de pesquisa, isso significa reconhecer que acessibilidade não pode ser reduzida à presença formal de intérprete: é necessário garantir que a voz sinalizada da participante não seja substituída por interpretações externas que a transformem em objeto silencioso.

Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 94-96) trabalham com o caso de Sônia Maria de Jesus, mulher negra surda, analisando reportagens de jornais eletrônicos e uma nota de repúdio produzida por acadêmicos surdos. O estudo articula privação linguística, violência linguística e epistemicídio surdo, mostrando que a forma como uma vida é narrada publicamente pode apagar a perspectiva da própria pessoa surda. A análise de mídia, nesse contexto, torna-se também análise das condições de produção de visibilidade: quem narra, quais categorias são utilizadas e que conhecimentos da comunidade surda são reconhecidos como legítimos.

O trabalho de Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 95) é particularmente significativo por explicitar a posição das pesquisadoras e sua relação com movimentos surdos. Ao apresentar as autoras como mulheres surdas e ouvinte comprometidas com direitos humanos, equidade linguística e antirracismo, o estudo mostra que a

localização do pesquisador pode ser declarada como parte da metodologia. Em vez de pretender uma neutralidade abstrata, as autoras tornam visíveis compromissos éticos que orientam a seleção e a interpretação das fontes.

Vilhalva (2024, p. 44-48) amplia a necessidade de diferenciação ao tratar especificamente de mulheres indígenas surdas e surdocegas. A autora defende entrevistas, relatos pessoais, estudos etnográficos, dados demográficos, pesquisas históricas e antropológicas capazes de considerar territórios, migrações, línguas de sinais indígenas e redes comunitárias. A proposta revela que não existe uma única metodologia visual apropriada para todas as mulheres surdas. Os instrumentos precisam dialogar com a língua, a cultura, o território e as condições concretas de participação de cada grupo.

A perspectiva interseccional também chama atenção para os riscos da tradução. Termos relacionados a raça, gênero, etnia e violência podem ter formas de expressão culturalmente específicas em Libras ou em línguas indígenas de sinais. A tradução para o português precisa ser realizada com atenção às escolhas da participante e, quando possível, validada por ela. A preservação do registro sinalizado permite que outras pesquisadoras surdas revisitem o material e produzam novas interpretações, fortalecendo a memória científica em língua de sinais.

Por fim, combater o epistemicídio implica reconhecer conhecimentos que historicamente foram excluídos da academia. Quando mulheres surdas registram suas experiências em Libras, descrevem práticas pedagógicas, analisam produções culturais, constroem redes de memória e formulam conceitos a partir de seus corpos e comunidades, elas ampliam o campo de saber. A metodologia torna-se, nesse processo, uma dimensão política da pesquisa: ela pode reproduzir hierarquias ou criar condições para que sujeitos historicamente pesquisados passem a pesquisar, interpretar e publicar.

Implicações metodológicas e éticas para pesquisas visuais

O planejamento linguístico constitui um ponto decisivo dessas pesquisas. Quando a Libras é a língua preferencial da pesquisadora ou das participantes, perguntas, orientações e termos de consentimento precisam ser pensados em formato bilíngue, evitando que o português escrito funcione como filtro prévio para a participação. Pinto e Senna (2025, p. 2-3) mostram que encontros mediados em língua de sinais, gravação audiovisual e revisão da transcrição podem ampliar a fidelidade ao material produzido. Em estudos conduzidos por mulheres surdas, esse cuidado também fortalece a autonomia da pesquisadora para definir categorias a partir da língua em que as experiências foram originalmente narradas.

Também é necessário planejar a preservação dos registros visuais. Entrevistas em Libras, performances, comentários em redes e vídeos de circulação comunitária podem possuir valor científico e histórico para além do projeto imediato. Albres (2024, p. 10392-10394) demonstra a relevância de selecionar e contextualizar documentos audiovisuais, enquanto Schallenberger (2019, p. 2-3) destaca a transformação provocada pelas tecnologias de registro das produções surdas. Assim, organização dos arquivos, identificação de autoria, consentimento para usos futuros e manutenção do vínculo entre vídeo e transcrição são procedimentos que contribuem para que a memória visual não seja novamente reduzida ou apagada pela predominância do texto escrito.

A segunda implicação diz respeito à multimodalidade do dado. Vídeos, imagens, comentários em redes sociais, poemas sinalizados e entrevistas audiovisuais possuem camadas de informação que não cabem integralmente em uma transcrição. Albres (2024, p. 10393-10394) trabalha com descrição, análise e interpretação de enunciados, incluindo a composição verbo-visual das obras; Medeiros et al. (2021, p. 1-2) analisam poesias sinalizadas em suportes digitais; e Pinto e Senna (2025, p. 3) recorrem à revisão das transcrições com base nas gravações. Esses procedimentos mostram a necessidade de tratar o arquivo audiovisual como dado primário, e a transcrição como uma representação analítica do dado.

A terceira implicação é a reflexividade. Pesquisadoras surdas podem compartilhar língua, cultura e experiências com participantes, o que favorece confiança e compreensão de referências comunitárias. Entretanto, proximidade não elimina diferenças. Geração, região, raça, classe, formação acadêmica e trajetória linguística podem produzir interpretações distintas. A reflexividade exige que a pesquisadora explicita sua posição, registre decisões e considere como sua presença influencia a produção dos dados.

A quarta implicação é a participação. Metodologias visuais podem favorecer modelos mais colaborativos de pesquisa, nos quais participantes ajudam a escolher imagens, revisar traduções, comentar categorias e validar interpretações. O uso de vídeos de devolutiva, reuniões em Libras e materiais gráficos pode ampliar essa participação. Tal procedimento é coerente com o protagonismo defendido por Lara (2024, p. 15-25) e Rangel (2024, p. 65-66), pois desloca a pessoa surda de uma posição exclusivamente informante para uma posição de interlocutora na construção do conhecimento.

Finalmente, a ética da pesquisa deve considerar a circulação dos registros em vídeo. A imagem da participante pode revelar identidade mesmo quando o nome é omitido. Em temas sensíveis, como violência linguística e de gênero, a exposição visual pode ampliar riscos. É necessário discutir consentimento específico para uso de imagem, formas de anonimização, possibilidade de retirada e

limites de divulgação. O fato de um conteúdo estar disponível em rede social também não elimina a necessidade de reflexão ética sobre sua reutilização acadêmica.

Essas implicações permitem compreender que metodologias visuais não são um conjunto fechado de técnicas. Elas constituem uma orientação de pesquisa que coloca linguagem, corpo, espaço, imagem e experiência no centro das decisões metodológicas. Quando desenvolvidas por mulheres surdas, podem contribuir não apenas para obter dados mais adequados, mas para transformar os critérios pelos quais a academia reconhece o que conta como dado, texto, autoria e conhecimento científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas neste artigo demonstram que as metodologias visuais possuem relevância epistemológica, linguística e política para pesquisas desenvolvidas por mulheres surdas. A visualidade não deve ser compreendida como recurso complementar utilizado para tornar-se um instrumento mais atrativo. Ela participa das formas de perceber, comunicar, lembrar, narrar e interpretar experiências construídas em língua de sinais e em comunidades cuja produção cultural se organiza intensamente por meio do corpo, do espaço e do olhar.

Os estudos analisados revelam uma diversidade de caminhos metodológicos. Narrativas autobiográficas permitem relacionar histórias individuais a memórias coletivas; escrevivências transformam experiência situada em ferramenta de investigação; pesquisa-ação articula prática e reflexão; entrevistas sinalizadas preservam dimensões expressivas da Libras; análise documental reconhece vídeos e performances como fontes; pesquisas em mídias sociais mobilizam redes comunitárias; e recursos visuais, como imagens, cartuns e mapas conceituais, favorecem processos de produção e organização de sentidos. Essa diversidade impede que se fale em uma metodologia visual única e universal.

A presença de mulheres surdas como pesquisadoras modifica também as relações de autoridade na produção acadêmica. Trabalhos de Lara (2024), Rangel (2024), Silveira e Baalbaki (2024), Vilhalva (2024) e Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024) evidenciam que essas mulheres são professoras, cientistas, lideranças, autoras e intérpretes de suas próprias experiências sociais. Ao ocupar esses lugares, elas rompem com tradições em que pessoas surdas eram predominantemente descritas por pesquisadores externos e ampliam a possibilidade de formulação de conhecimentos desde perspectivas surdas.

Também ficou evidente que a valorização da visualidade precisa caminhar ao lado da atenção à diversidade. Mulheres surdas

não constituem um grupo homogêneo. As experiências de mulheres indígenas, negras, professoras, pesquisadoras, artistas ou participantes de diferentes contextos linguísticos exigem estratégias específicas. Uma metodologia comprometida com essa pluralidade deve garantir espaço para Libras e outras línguas de sinais, reconhecer a importância do território e da cultura, explicitar procedimentos de tradução e considerar os riscos éticos relacionados ao registro da imagem.

Conclui-se, portanto, que metodologias visuais podem contribuir para uma ciência mais coerente com as experiências surdas quando são construídas como parte do problema epistemológico e não apenas como técnica instrumental. Valorizar vídeos, imagens, narrativas, performances, redes digitais e registros em Libras significa reconhecer formas de conhecimento que durante muito tempo permaneceram subordinadas ao texto escrito e ao olhar ouvinte. Ao fortalecer a autoria científica das mulheres surdas e ampliar a circulação de saberes produzidos em língua de sinais, essas metodologias colaboram para combater invisibilidades, enfrentar apagamentos epistemológicos e consolidar uma produção acadêmica plural, acessível e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. Performances literárias-poéticas de mulheres surdas: um estudo documental sobre temáticas e representações de violência contra a mulher surda. **Fórum**

Linguístico, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 10386-10406, abr./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e96132>. Acesso em: 10 jul. 2026.

ARAÚJO, Danielle Reis; RAMOS, Danielle Cristina Mendes Pereira. Laborit e Vilhalva: da narrativa intimista à análise comparatista da condição feminina surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 93-106, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1582>. Acesso em: 12 jul. 2026.

CAMPELLO, Ana Regina Souza; CABRAL, Wagner. Mapa conceitual: uma prática visual a ser construída na formação de professores bilíngue atuando com alunos surdos e não-surdos no ensino superior. **Revista SCIAS Língua de Sinais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 28-45, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/sciasls.v3i2.8470>. Acesso em: 15 jul. 2026.

LARA, Ana Paula Gomes. "Mulher-surda-professora": protagonismo na educação de surdos no Rio Grande do Sul. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 15-25, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.15-25>. Acesso em: 18 jul. 2026.

MEDEIROS, Jonatas Rodrigues et al. Injustiças sociais e direitos humanos nas literaturas surdas: olhares emergentes para saberes poéticos. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e68740, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rs.v6.68740>. Acesso em: 24 jul. 2026.

OLIVEIRA, Ronaldo Gonçalves de; CODENDEY, Jaqueline Nunes. Visualidade e mediação bilíngue no ensino de português como L2: bidocência e construção de sentidos com alunos surdos. **Revista Arqueiro**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 73-87, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/re.2025.48.73-87>. Acesso em: 1 set. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência

linguística e de gênero. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26-40, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Acesso em: 2 set. 2026.

PINTO, Loide Leite Aragão; SENNA, Luiz Antonio Gomes. Sujeito surdo: a questão visual no desenvolvimento da linguagem. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 31, e0179, p. 1-16, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0179>. Acesso em: 2 set. 2026.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. Protagonismo e pioneirismo na constituição do heroísmo feminino surdo. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 53-66, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.53-66>. Acesso em: 3 set. 2026.

SCHALLENBERGER, Augusto. Comunidade surda: uma experiência de humor. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rs.v4.60217>. Acesso em: 4 set. 2026.

SILVEIRA, Luciane Cruz; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Mulheres surdas na ciência: necessária visibilidade. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 79-93, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Acesso em: 4 set. 2026.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, maio/ago. 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2017000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 5 set. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira; SOUZA, Joyce Cristina. Epistemicídio surdo, privação e

violência linguística: estudo de caso de Sônia, uma mulher negra surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 94-106, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Acesso em: 5 set. 2026.

TAVARES, Talita Nabas; HÖFLING, Camila. O letramento visual em materiais didáticos bilíngues para surdos: escolhas e práticas pedagógicas do professor surdo. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 118-133, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.118-133>. Acesso em: 6 set. 2026.

VILHALVA, Shirley. Ser e estar da mulher indígena surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 41-52, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.41-52>. Acesso em: 6 set. 2026.